



ESPAÇO E TERRITÓRIO – ORGANIZAÇÃO, ORDENAMENTO E USO: NOTAS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS

SPACE AND TERRITORY – ORGANIZATION, PLANNING AND
USE: THEORETICAL-EPISTEMOLOGICAL NOTES

ESPACIO Y TERRITORIO – ORGANIZACIÓN, ORDENAMIENTO
Y USO: NOTAS TEÓRICAS Y EPISTEMOLÓGICAS

Mirlei Fachini Vicente Pereira –
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia – Minas Gerais – Brasil
mirlei@ufu.br

Resumo

O texto apresenta e avalia algumas das tendências e conceitos que, na ciência geográfica, orientaram estudos e perspectivas epistemológicas na definição de um “objeto de análise”. O foco central é a análise da noção de “organização do espaço”, ainda hoje muito presente no vocabulário dos geógrafos, bem como a de propostas mais recentes, como as de “ordenamento territorial” e “uso do território”. Cabe repensarmos a proposição, o uso, as implicações e heranças de tais conceitos e projetos, visando oportunizar análises mais generosas e capazes de destinar à Geografia um papel central junto às ciências sociais.

Palavras-chave: Epistemologia. Organização espacial. Ordenamento territorial. Território usado.

Abstract

This paper presents and evaluates some of the tendencies and concepts that, in geographical science, guided studies and epistemological perspectives in the definition of an “analysis object”. Its main objective is the analysis of the notion of “space organization”, which is still present today in geographers’ vocabulary, as well as the analysis of recent proposals such as “spatial planning” and “territory use”. It is important to rethink the proposition, the use, the implications and the inheritance of such concepts and projects in order to create opportunities for more generous analyses which are able to devote to Geography a central role among social sciences.

Keywords: Epistemology. Space organization. Spatial planning. Used territory.

Resumen

El artículo presenta y evalúa algunas de las tendencias y conceptos que, en la ciencia geográfica, orientaron estudios y perspectivas epistemológicas en la definición de un “objeto de análisis”. El objetivo principal es la evaluación de la noción de “organización del espacio”, hasta los días actuales muy presentes en el vocabulario de los geógrafos, así como evaluar nociones más recientes como las de “ordenamiento territorial” y “uso del territorio”. Es necesario repensar la proposición, el uso, las implicaciones y herencias de tales conceptos y proyectos, con el fin de crear oportunidades de análisis más generosas y capaces de destinar a la Geografía una función central en las ciencias sociales.

Palabras clave: Epistemología. Organización espacial. Ordenamiento territorial. Territorio usado.

A (longa) procura pelo “espaço” como objeto de análise

“É claro que a primeira coisa a fazer era inspecionar minuciosamente a região que iria atravessar. ‘Vai ser algo parecido com aprender Geografia’, pensou Alice, parada na ponta dos pés no alto da colina, na esperança de enxergar um pouquinho mais longe. ‘Vamos ver: primeiro os rios principais – não tem nenhum. Montanhas principais: estou na única elevação que poderia ser chamada de montanha, mas acho que ela nem tem nome. Cidades principais...’”

Lewis Carroll ([1871] 2008, p. 55)

Nos albores da sistematização da ciência geográfica, a definição de um objeto de estudo que lhe fosse particular não fora, de certo modo, preocupação das mais destacadas. De um modo ou de outro, a ideia era sistematizar um conjunto de saberes que apareciam de forma pontual em registros de viajantes, biólogos, engenheiros geólogos etc. e mais tarde também nos escritos de historiadores e antropólogos, entre outros cientistas que ofereciam, desde pelo menos o início do século XIX, materiais que descreviam com alguma fidelidade os recursos ditos naturais e também os comportamentos culturais em vastas áreas ainda pouco conhecidas do planeta.

Não por acaso a ideia de paisagem, e a sua descrição, terem tomado importância e centralidade na Geografia, já que imperavam a descrição como metodologia e o empirismo como principal orientação de método. Assim, e por mais de um século, houve lugar para a incansável busca por uma compreensão da possível unidade entre “homem e meio”, ou ainda, das relações entre “homem-natureza”, que incluem desde simbioses até divergências e enfrentamentos (foi assim com Humboldt, Ritter, Ratzel, La Blache, entre tantos outros).

É apenas no final do século XIX e, já enfrentando o paradigma dominante da ciência (com a emergência do Positivismo e da centralidade das chamadas ciências naturais) (Souza Santos, 1988) que a Geografia teve de enfrentar problemas como, por exemplo, a necessidade de estabelecimento de um objeto particular de estudo ou ainda a escolha de um campo e de uma identidade (ciência natural ou humana?), problemas que até hoje perseguem e incomodam os geógrafos.

No mais das vezes uma ciência descritiva e enciclopédica, endereçada aos conhecimentos gerais, a geografia, até o início do século

XX, aparenta ser uma espécie de “lição de coisas”, definição lúcida e precisa de Milton Santos. Nas palavras do autor,

Durante muito tempo – e ainda agora – a Geografia Humana, como praticada por um bom número de geógrafos, corresponde à busca ufanosa de fatos, lá onde estivessem, freqüentemente apresentados a esmo, sem a preocupação de enquadrá-los em relações integradoras e significativas. É uma Geografia como Lição de Coisas, uma Geografia do Senso Comum. (Santos, 2004, p. 97).

A preocupação essencial desta Geografia dita “tradicional”, fruto do pensamento europeu moderno, era essencialmente a de localizar e dar nome às coisas, tal como é a preocupação da personagem Alice, protagonista do romance de Lewis Carroll escrito no final do século XIX¹.

Ainda que figurasse como objeto empírico de análise desde os primórdios de uma Geografia científica e reconhecida como campo sistematizado do conhecimento (séc. XIX), epistemologicamente, e como alvo de preocupação teórica, um conceito sistematizado de *Espaço* só aparecerá no vocabulário acadêmico da Geografia bem mais tarde. Salvo algumas poucas exceções, podemos afirmar que a idéia de espaço como objeto de análise da geografia é um constructo do século XX (e isto ainda ocorrerá só em meados do século).

É com uma Geografia de inspiração neopositivista, ou seja, com aquilo que no Brasil denominamos comumente de “revolução teórica/quantitativa”, que o objeto de preocupação da Geografia deixa de ser a paisagem ou as relações homem-meio (típicas da Geografia tradicional praticada na Europa), para tomar cada vez mais o “espaço” (e, logo, a sua “organização”) como foco privilegiado de análise. Diga-se de passagem, o próprio conceito de espaço, que raramente aparece nos textos geográficos anteriores à proposta neopositivista, resulta também das novas orientações epistemológicas que aparecem na Geografia sobretudo após a década de 1950². Finalmente, o *espaço*, e a sua *organização*, figurariam como o objeto possível ou encontrado, como razão de ser e função definida e cara à análise geográfica.

A organização do espaço: elementos epistemológico-conceituais

Os conceitos de paisagem e região, de tão difundidos no pensamento geográfico, parecem constituir-se como “lugar comum” nas práticas e

análises dos geógrafos. No entanto, normalmente tais conceitos carecem de algum complemento ou de alguma adjetivação (paisagem natural, região agrícola etc.). Em estudos empíricos, a ideia de organização do espaço também aparece muitas vezes acompanhada por adjetivos (organização do espaço urbano, rural, regional...), como se fosse insuficiente e de pouco valor heurístico quando sozinha.

Vista sem adjetivações e buscando uma epistemologia que lhe dê embasamento e sustentação teórica, a ideia de organização do espaço só pode mesmo ter como fundamento a intenção de se alcançar uma ciência nomotética, ou seja, um conhecimento que pudesse se tornar operacional à busca por leis gerais, e logo assentadas numa noção de espaço abstrato e matematizado, no mais das vezes visto como extensão, área, linhas e pontos, que de um modo ou de outro figura como alvo de organização e planejamento, visando interesses particulares. Tal epistemologia é a mesma que reconhece a ideia de uma “ciência neutra”, que valoriza uma suposta ordem subjacente à matéria ou mesmo à natureza e que, no limite, rege e comanda os fenômenos na superfície da terra. Reconhecendo tais circunstâncias, o geógrafo português Orlando Ribeiro afirma que

A organização da matéria inerte ou viva apresenta com frequência estruturas geométricas: sistemas cristalinos dos minerais, hexágonos dos favos de mel. As concepções de Geografia teórica, que se esforçam por introduzir ordem na massa dos factos observáveis em Geografia humana e por inventar uma espécie de logística dos espaços abstractos, inspiram-se visivelmente na regulação dos fenómenos naturais (Ribeiro, 2001, p.32-33).

Daí o surgimento de proposições tanto na ciência econômica como na geografia, das propostas geométricas de análise espacial *a la* Christaller, e, mais tarde, já para dar os exemplos de uma Geografia neopositivista, a análise espacial modelística apresentada, entre outros, por Haggett (1975)³.

Tendo como divisor de águas a metade do século XX, e como inspiração de método um neopositivismo calcado numa linguagem matemática e nas formulações teóricas abstratas, a expressão *organização do espaço* sobrepôs-se às noções e conceitos tornados antigos da geografia tradicional europeia e mesmo substituiu (ou ao menos deixa em segundo plano) expressões e conceitos como os de paisagem, região e meio (Ribeiro, 2001, p.34).

Não faltaram proposições e manifestações de um grupo de geógrafos que elegeram a noção de organização do espaço como objeto mesmo de estudo da Geografia. Nas palavras de Moro (1990, p. 3), “Objetivamente, a ascensão progressiva do estudo da organização do espaço, como ângulo de enfoque predominante na Geografia, ocorreu juntamente com o advento e afirmação da revolução teórica e quantitativa que esta ciência conheceu a partir dos anos cinqüenta”. O mesmo autor também afirma que a perspectiva da organização do espaço, como objeto de estudo predominante na Geografia, se dá sobretudo a partir de uma valorização dos “estudos locais e regionais”, de tradição “espacial” ou “geométrica” (Moro, 1990, p.3), realizados pela ciência geográfica também após a década de 1950.

Em termos teórico-epistemológicos, podemos entender que essa “perspectiva geométrica do espaço”, fruto de uma “epistemologia da extensão”, reconhecida e bem definida por Silveira (2006), é genitora e mestra dileta da ideia de espaço geométrico, cuja orientação se presta muito mais a uma preocupação de ordem locacional (ou de distribuição dos fenômenos no espaço) em detrimento de uma compreensão e reflexão totalizadoras dos processos pelos quais os fenômenos são constituídos.

Uma epistemologia como esta, e também uma ideia de retorno à busca por leis gerais, se faz muito presente na obra de um autor como Schaefer (um dos principais precursores da proposta neopositivista na Geografia), quando o mesmo afirma que

[...] na Geografia as mais importantes variáveis produtoras de padrões são, naturalmente, as variáveis espaciais... A geografia deveria dedicar mais atenção à distribuição espacial dos fenômenos em determinadas áreas do que os fenômenos em si. As relações espaciais, e nenhuma outra, são as que importam em Geografia. As relações não espaciais encontradas entre os fenômenos de uma área são temas para outros especialistas (Schaefer, 1976, apud Moro, 1990, p. 4).

Tal problemática do estudo de espacializações ou de distribuições espaciais, bem como uma perspectiva geométrica de análise do espaço, é a que aceita (e se contenta) em avaliar os seus conteúdos apenas pelas grafias tomadas na superfície, ou seja, é uma preocupação com volumes, distâncias e áreas cuja gênese e significados no mais das vezes são negligenciados. Nas palavras de Silveira (2006, p. 83),

[...] ontem e hoje muitas geografias permanecem atreladas a uma visão do espaço como continente, uma concepção geométrica, feita de velhos e novos conceitos que privilegiam a distância. O centro da reflexão epistemológica parece ser a extensão, um conceito-chave, ou mesmo, uma categoria, que leva a uma resignificação do vocabulário tradicional. A preocupação epistemológica é a extensão e a forma de sua operacionalização, a distância, autorizando a falar de distância-tempo e de distância-custo na geografia, amparados também nas reflexões das ciências econômicas.

A noção de organização do espaço servirá, a partir de então, como referência a toda e qualquer proposta que, na perspectiva de uma geografia aplicada e ancorada no positivismo lógico, reside em reafirmar posturas e práticas de intervenção (visando o planejamento) e reforçando (ou almejando reforçar), portanto, a natureza pragmática da geografia no conjunto das ciências.

Interessante é observarmos como a idéia de organização do espaço permanece no vocabulário de uma geografia ou de autores que já se reconhecem imersos numa perspectiva crítica. Corrêa (1990) releva tais circunstâncias, e mesmo assim redefine o termo “organização espacial”, dando-lhe um caráter de “segunda natureza”, “espaço social” ou ainda “espaço socialmente produzido” (Corrêa, 1990, p. 54). O que aparece como novo, e talvez como sua maior virtude, é que agora a organização espacial é entendida como resultado da ação capitalista (o que inclui o Estado); e envolve necessidades e interesses de agentes específicos (Corrêa, 1990). Dos desdobramentos de uma Geografia que se pretende crítica e renovada, ganha força a partir da década de 1970 e nos anos 1980 também a noção de “produção do espaço” (em grande parte ancorada nas proposições do filósofo francês Henri Lefebvre), exclusiva ao espaço socialmente construído e orientada para a compreensão das transformações capitalistas que emergem no período⁴.

Assim, e sobretudo a partir da década de 1990, o conceito de organização do espaço e também a noção de organização espacial se tornam de certo modo obsoletos. Para além das limitações epistemológicas apontadas pela geografia de inspiração crítica, a noção de organização do espaço ao poucos também perde potência nas políticas de planejamento, ou seja, a intenção de tornar a ciência geográfica potencialmente uma disciplina central às práticas do planejamento (uma ciência aplicada) já não se sustenta simplesmente pela ideia de organização do espaço, dando

margem para que noções e conceitos novos ou renovados ganhem maior força, como é o caso da ideia de ordenamento territorial, gestão espacial/territorial, entre outros.

O ordenamento territorial: a moda e as novas exigências pragmáticas do período

Recentemente, quando o que está em jogo são as proposições teórico-práticas que se desenham na geografia e nos diferentes campos do planejamento, a noção de organização do espaço dá lugar a novos conceitos (no mais das vezes encarados como mais operacionais ao planejamento), exigências do período atual em que muitas vezes uma apologia ao pragmatismo se impõe à reflexão científica e, sobretudo, também à ação política transformadora.

Os conceitos que aparecem não são necessariamente novos. Esta é a situação, ao menos para o caso brasileiro, de uma ideia que reaparece com alguma força na década de 1990 – a de “ordenamento territorial”. Este termo, contemporâneo à emergência da ideia de organização do espaço, aparece também em meados do século passado (pós-Segunda Guerra Mundial), orientando estudos analíticos como base para uma intervenção utilitária do espaço. Nas palavras de Ribeiro (2001, p. 30-31), “Esta questão esforçava-se já por evidenciar os princípios de intervenção dos geógrafos no que se chamará depois da guerra o ‘ordenamento do território’ [...]”, orientação sempre voltada para uma “Geografia aplicada”.

Como a própria etimologia da palavra sugere, a ideia de ordem, mais do que a de organização, é portadora de anseios de “mando”, ou ao menos de comando e de posição a que algumas instituições (potencialmente o Estado, mas cada vez mais também os agentes hegemônicos do mercado), acreditando-se investidas de legitimidade ou de intenções legitimadas por seus próprios interesses, põem em prática um ordenamento visando a “boa” administração e uso dos recursos existentes, ou mesmo à condução da produção de tudo aquilo que, em determinado momento, aparece como necessário a seus desígnios.

Em outras palavras, o conceito de ordenamento do território, tal como (ou ainda mais) do que a ideia de organização do espaço, quando orientado por uma epistemologia que compreende o espaço como plano de ação, como conteúdo que carece de uma ordem ou de um planejamento pragmático, resulta em ações que, no mais das vezes, acabam de fato

por impedir conquistas sociais, visto que a ordem ou o ordenamento é sempre definido em função daqueles que estão no comando, mesmo que, muitas vezes, tais postos sejam definidos por políticas supostamente democráticas.

Visando preencher a ação teórica de um conteúdo, para além de científico, também Político, tal terminologia exige uma crítica incisiva – mais do que colocar o território em “ordem”, trata-se, no mais das vezes, e sobretudo para a experiência dos países em que as desigualdades sociais insistentemente persistem, de um verdadeiro uso corporativo e hierárquico do território.

O termo “gestão” (do espaço, do território) também aparece, de certo modo, recentemente no vocabulário da Geografia e dos planejadores, e indica a necessidade de uma “administração” ou um “manejo” da realidade tal como ela se apresenta, supostamente demandando alguma intervenção. Parte-se mais de uma ideia de gestão dos recursos – uma gestão tantas vezes legitimada pelo suposto suporte científico-acadêmico dos planejadores e muito ligada à demanda sempre atualizada da “boa” administração dos recursos (naturais, ambientais, sociais, humanos etc.). Arraigada a ideia de manejo dos recursos, tal “gestão” é também sempre pautada em práticas e políticas miradas em situações pretéritas (sobretudo as situações de escassez de determinado recurso), ainda que posicionadas sempre para um “futuro”, que carece de melhoria ou adequações, negando muitas vezes as possibilidades realmente transformadoras e revolucionárias de novos projetos (que exigem força política muito maior).

Mais propagado do que compreendido, o conceito de ordenamento territorial é por vezes empregado de modo errôneo e em escala não apropriada, designando muitas vezes políticas de intervenção pontuais. Com clareza, Moraes (2005, p. 45) define o conceito da seguinte maneira:

O ordenamento territorial diz respeito a uma visão macro do espaço, enfocando grandes conjuntos espaciais (biomas, macrorregiões, redes de cidades, etc.) e espaços de interesse estratégico ou usos especiais (zona de fronteira, unidades de conservação, reservas indígenas, instalações militares, etc.). trata-se de uma escala de planejamento que aborda o território nacional em sua integridade, atentando para a densidade da ocupação, as redes instaladas e os sistemas de engenharia existentes (de transporte, comunicações, energia, etc.). Interessam a ele as grandes aglomerações populacionais (com suas demandas e impactos) e os fundos territoriais (com suas potencialidades e vulnerabilidades), numa visão de contigüidade que se sobrepõe a qualquer manifestação pontual no território.

Nestes termos, o conceito de ordenamento do território se atrela diretamente ao Estado, remetendo à ideia exclusiva de política pública. No entanto, é preciso avaliar as formas de captura, pelo mercado, de tais políticas públicas, já que os interesses corporativos muitas vezes se apresentam, de forma escamoteada, como demandas dos lugares ou da nação.

No Brasil, é no contexto de inserção da questão ambiental no planejamento que, a partir dos anos 1980, aparecem as primeiras propostas de um zoneamento territorial para fins de ordenamento do território (particularmente para a Amazônia), onde são muito presentes as ideias de uso racional dos subespaços regionais, as potencialidades e fragilidades do meio físico e as possíveis atividades econômicas a serem implantadas (Ab'Saber, 1989).

No entanto, é preciso reconhecer que há grande deformação destes tipos de normas ou indicações para o ordenamento territorial, porque, com efeito, as intenções do planejamento normativo (e estático) são por demais distantes da dinâmica do território usado (Santos, 1994). Readequando e dirigindo o uso do território, ora conforme os interesses de gestão dos recursos, ora levando em conta as atividades produtivas e as transformações territoriais pretéritas, os zoneamentos estaduais para fins de ordenamento territorial no Brasil, por exemplo, acabam por constituir instrumentos indispensáveis à dinâmica recente e racionalizada da modernização corporativa, pois “[...] o imaginário cartográfico e as representações do território para fins de zoneamento procuram fragmentar o real para melhor defini-lo, descrevê-lo e, em definitivo, orientar sua apropriação” (Acselrad, 2000, p. 8).

Uso do território, território usado: conotação política, exigências éticas

Creemos que o problema de muitas das orientações investigativas que tomam os conceitos de organização do espaço, ordenamento territorial, gestão ou zoneamento espacial etc. decorre de uma epistemologia que não leva em conta o espaço geográfico em sua totalidade, ou seja, uma epistemologia enviesada que não reconhece a importância política de agentes outros, senão aqueles que possuem certa expressão e figuram como mais importantes em termos econômicos/políticos (no mais das vezes

aqueles que detêm os interesses pragmáticos de transformar, organizar e ordenar o território).

No entanto, a ciência também pode ultrapassar as demandas e corolários do mercado e da política reduzida a uma “gestão técnico-administrativa”, concebendo posturas outras que comportam epistemologias mais generosas e fiéis à problemática social em sua totalidade. Há, atrás da proposição de ideias que muitas vezes tomam corpo e ganham *status* de verdadeiras categorias ou conceitos, uma preocupação filosófica e epistemológica que carece ser precisada. Nas palavras de Ana C. T. Ribeiro (2004, p. 41),

Do ângulo da política, a proposição de conceitos (idéias e projetos) envolve a sua subordinação aos princípios da ética da responsabilidade, como orienta Max Weber (1919), com o mesmo rigor que, do ângulo da ciência, a proposição de conceitos exige a orientação ética da condição de cientista. No presente, marcado pela mútua influência entre tecnociência e pensamento único, encontram-se rompidas barreiras institucionais que, até algumas décadas, preservavam o espaço-tempo específico da ciência e aquele que é próprio da política. A desinstitucionalização e a apropriação mercantil, sem peias, do conhecimento conjugam-se à perda de significados da ação política formalizada pela modernidade, produzindo desesperança mas, também, oportunidades de manifestação e de formas de agir e pensar transformadoras.

É o mesmo Max Weber quem nos alerta – “A ciência mostrará que, adotando tal posição, certa pessoa estará a ‘serviço de tal deus e ofendendo tal outro’ e que, se se desejar manter fiel a si mesma, chegará, indubitavelmente, a determinadas conseqüências íntimas, últimas e significativas” (Weber, [1919] 2002, p. 53)⁵. Ou ainda, como afirma Antonio Negri (2006, p. 54) – “Não existe verdade que não tenha saído de uma escolha de campo, pois a verdade nunca é neutra. Afirmar que a ciência é neutra é condená-la à impotência. Afirmar que a vida é neutra é condená-la ao tédio [...]”, assim, e para o cientista eivado pela preocupação ética, “[...] a escolha de um campo ao qual pertencer tornou-se um destino” (p. 54).

Com tal preocupação, e escolhendo escancaradamente um “campo”, Milton Santos (1994), preocupado em destinar à geografia um lugar entre as ciências socialmente comprometidas, formula o conceito de “território usado”⁶. Compreendendo ao mesmo tempo materialidades e ações, e valorizando o rico veio epistemológico da geografia, que consiste

justamente na análise indissociável das dimensões material (os constructos sociais, o meio construído, o “trabalho morto”) e social (o trabalho vivo, a sociedade realizando-se em seus projetos e suas contradições), Milton Santos (2000) compreende o território usado como sinônimo de espaço geográfico, espaço banal, espaço de todos, permitindo que o tomemos como um verdadeiro conceito, no qual todas as dimensões do território devem ser levadas em conta, todas as ações devem ser consideradas (Bernardes et al., 2000).

Entendendo que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (Santos, 1994, p.15), o autor nos oferece outro quadro de referências, e mesmo outra epistemologia, que exige da análise geográfica mais do que a análise pura e simples dos objetos contidos no espaço, e não se contenta com a análise de uma “organização” em que geometrias e extensões não são autoexplicativas e muito menos suficientes para a compreensão de processos sociais elaborados. “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (Santos, 1994, p.16).

O espaço geográfico, campo de forças em que dialeticamente se assentam diferentes projetos e agentes de diferentes forças, é lido de forma enviesada cada vez que reconhecemos apenas organizações, “grafias” e geometrias exclusivas dos agentes mais poderosos (e por isso capazes de transformações e adequações espaciais evidentes e de máxima ordem). Como nem todo homem, empresa ou instituição são capazes de impor ao território seus projetos de forma fácil; e como nem todos os anseios e desígnios tem a força de tornarem-se efetivamente geografizados/materializados, faz-se necessário estarmos atentos à totalidade de objetos e ações que compõem o território usado, de forma a contemplar e reconhecer, nos mais diferentes agentes e discursos, as potencialidades políticas que emanam de outras ordens e de outras razões possíveis de uso do território.

O conceito de território usado em Milton Santos (1994) impõe pensarmos o território em sua totalidade, ou seja, o território usado é sinônimo de espaço geográfico, todo o espaço. “O *território usado*, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade de seu uso” (Bernardes et al., 2000, p. 12).

Assim, para além de espaços seletos, dos espaços reticulares ou exclusivos da ação hegemônica, o conceito de território usado contempla,

na sua essência, todos os usos e todos os interesses, todas as políticas, todos os agentes (seus projetos e suas carências), independentemente de sua força ou extensão no território (Santos, 1994), daí sua conotação política e suas exigências éticas – na análise geográfica nada (e ninguém) pode ser omitido, ao mesmo tempo em que nenhum ator ou ação podem ser tomados de modo exclusivo. Em outras palavras, a indagação do geógrafo deve voltar-se para a totalidade do espaço geográfico, o território como um todo, o território usado.

Algumas considerações finais

Retomar a origem e a história dos conceitos é, como nos parece, tarefa fundamental, capaz de orientar com maior discernimento nossas práticas e a elaboração de investigações que, de algum modo, permitem o exercício permanente de uma análise embasada na tarefa da crítica. Tal é o recado de Orlando Ribeiro (2001, p. 34), quando o autor reconhece que “O ‘planeamento’, que atrai cada vez mais os jovens geógrafos, é uma opção perigosa porque os políticos, economistas e técnicos que encomendam estudos muitas vezes já decidiram antecipadamente o que esperam encontrar”.

Uma epistemologia crítica do espaço, que oriente também de forma crítica as análises e proposições do planejamento, mais do que expressões fáceis e já tornadas “lugar comum”, como parece ser a ideia de organização do espaço (ainda tão presente em nosso vocabulário), ou, ainda, a banalização de uma ideia de ordenamento (investida tantas vezes de impulsos de “ordem” e “racionalização”), devem ser orientadas, portanto, por uma reflexão que permita o reconhecimento e o diálogo com agentes, posturas e projetos outros, tantas vezes negados ou tornados invisíveis aos olhos do Estado, das grandes empresas e também das análises acadêmicas.

Se o uso do território ocorre, muitas vezes, como o uso de um mero recurso (Gottmann, 2012; Santos, 2000), ou seja, se determinados agentes, investidos de poder para tal, podem fazer um uso interesseiro e corporativo do território, o território usado é, em sua essência, aquele que contempla todos os usos possíveis, que comporta todas as ações, independentemente da força dos agentes. Híbrido e compósito, o território usado, na acepção de Milton Santos (1994), permitiria entendermos os

dilemas da sociedade e da nação, tornando a Geografia uma ciência capaz de elaborar as interpretações necessárias do fenômeno social, a partir justamente de sua principal instância ou quadro de referência – o território usado, verdadeiro abrigo da nação.

O tempo sombrio que nos assusta e assola, próprio de uma nova vaga de aprofundamento do neoliberalismo, que se afirma como nova razão do mundo (Dardot; Laval, 2016), exige de nós, geógrafos, investidas políticas com tal envergadura. Caso contrário, estamos fadados a um retorno ao dilema de Alice, na ponta dos pés e ao alto da colina, sem avistar referências seguras.

Por enquanto, e independentemente de preferências ou opções teóricas, o que nos parece certo é que precisamos exigir mais da Geografia, para que possamos livra-la das sérias ameaças que se desenham e a ela assegurar um futuro generoso, um lugar junto às Ciências que, socialmente comprometidas e defendendo explicitamente um “campo” de ação, possam contribuir às demandas mais prementes da sociedade.

Notas

1 Evidentemente, existe uma carga política, ora mais ou menos declarada, ora muito escamoteada, que orienta ações e comportamentos de Estados nacionais, como é o caso tanto da geografia de Ratzel [1844-1904] como a de La Blache [1845-1918], fomentando o conhecimento dos lugares e subsidiando políticas colonialistas.

2 Ainda que o conceito “espaço” apareça na obra de um autor importante como Ratzel, sobretudo para designar o território do Estado Nacional (como nas teorizações do “espaço vital”), o termo espaço raramente aparece nas obras geográficas de tradição europeia como um objeto de estudo ou como um conceito central à ciência geográfica. Este é o caso de expoentes como A. Humboldt [1759-1869] ou ainda, para tomar o maior nome francês, P. V. de La Blache e também seus discípulos. Avaliando obras clássicas como as de Humboldt ([1808] 1957) e La Blache ([1921] 1954), ou ainda outras que resultam dos desdobramentos da geografia tradicional francesa, não encontramos menção ao conceito “espaço”. Isso também se dá, por exemplo, nas obras de M. Sorre (1951), J. Gottmann (1952) e também de P. Mombeig (1952). Uma exceção é C. Vallaux (1911) que, escrevendo no início do século XX sobre geografia política (*Le sol et L'État*), faz menção ao termo “espaço” apenas para comentar a obra de Ratzel. Os conceitos privilegiados pelos geógrafos franceses do século XIX até meados do século XX sempre foram os de meio, sítio, paisagem e região.

3 As teorias e modelos econômicos de localização desenvolvidos por Von Thunen [1783-1850] parecem muito ter influenciado a perspectiva geométrica do espaço na geografia. Walter Christaller [1893-1969] é outro nome de peso para ilustrar a influência da economia espacial sobre a geografia. A *theoretical geography* de W. Bunge, B. Berry, R.

Chorley, entre outros muitos, parece de algum modo resultar de tais propostas. No Brasil, exemplos de tal perspectiva podem ser encontrados, dentre outras, na obra organizada por S. Faissol (1978).

4 Para além das preocupações epistemológicas e dos limites apontados à difusão do positivismo lógico (e, de certo modo, da ideia de organização do espaço) pelos geógrafos de orientação crítica, vale a pena lembrarmos as proposições que aparecem também naquilo que, mais tarde, na França e em outros países, ganharia a denominação de Geografia Humanista, propondo inclusive a noção de “espaço vivido”. Vide, por exemplo, a publicação de Armand Fremont et. al. (1986).

5 Foi Ana Clara Torres Ribeiro que, em enriquecedor diálogo com os geógrafos e com a problemática do espaço, ofereceu-nos de forma lúcida a contribuição de M. Weber para o reconhecimento das possibilidades e das exigências éticas de pensarmos uma ciência socialmente comprometida.

6 “[...] Milton Santos exigiu o máximo da geografia, para que o espaço surgisse como uma dimensão viva do presente, cujo reconhecimento é necessário a qualquer abordagem científica e política da realidade. Com esse nível de exigência, cumpriu a sua meta de construir uma geografia nova, com a sua teoria e corpo conceitual coerente e coeso; mas, sobretudo, permitiu que o espaço se transformasse num dos caminhos indispensáveis à apreensão da totalidade” (RIBEIRO, 2006, p.132).

Referências

- AB’SÁBER, A. N. Zoneamento ecológico e econômico da Amazônia: questões de escala e método. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 5. p.4-20, 1989. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000100002>
- ACSELRAD, H. O zoneamento ecológico-econômico e a multiplicidade de ordens socioambientais na Amazônia. *Novos Cadernos Naea*, Belém, v. 3, n. 2, p. 5-15. 2000. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v3i2.32>
- BERNARDES, A. et al. *O papel ativo da geografia: um manifesto*. Florianópolis: Laboplan-USP, 2000.
- CARROLL, L. [1871]. *Alice no país do espelho e o que ela encontrou por lá*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FAISSOL, S. (Org.). *Tendências atuais na geografia urbano/regional: teorização e quantificação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.
- FREMONT, A. et al. *Espaces vecús et civilisations : mémoires et documents de géographie*. Paris : CNRS, 1986.
- GOTTMANN, J. [1975]. *La politique des États et leur géographie*. Paris: Armand Colin, 1952.
- . A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 2, n.3, p.523-545, 2012.

- HAGGETT, P. *Geography: a modern synthesis*. 2. ed. New York: Harper & Row, 1975.
- HUMBOLDT, A. von. [1808]. *Quadros da natureza*. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1957.
- LA BLACHE, P. V. de. [1921]. *Princípios de geografia humana*. Lisboa, 1954.
- MOMBEIG, P. *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Paris: Armand Colin, 1952.
- MORAES, A. C. R. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: OFICINA SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL, 2003, Brasília. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. *Anais...* Brasília: BRASIL/MI/SDR, 2005. p.43-47.
- MORO, D. A. A organização do espaço como objeto da geografia. *Geografia*, Rio Claro, v.15, n. 1, p.1-19, 1990.
- NEGRI, A. *De volta: abecedário biopolítico; entrevistas a Anne Duformantelle*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- RIBEIRO, A. C. T. Lugares dos saberes: diálogos abertos. In: BRANDÃO, M. de A. (Org.). *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p.39-49.
- . Fronteiras da ciência: interdisciplinaridade e política. In: SILVA, M. A. da; TOLEDO JR.; R. de (Org.). *Encontro com o pensamento de Milton Santos: a interdisciplinaridade na sua obra*. Salvador: Edufuba, 2006. p.129-147.
- RIBEIRO, O. Paisagens, regiões e organização do espaço. *Finisterra*, Lisboa, Vol. XXXVI, n. 72, p. 27-35, 2001. <https://doi.org/10.18055/Finis1619>
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. p.15-20.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, M. *Testamento intelectual*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- SILVEIRA, M. L. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, M. A. A. de (org.) *Território Brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003. p.408-416.
- . Espaço geográfico: da epistemologia geométrica à epistemologia existencial. *Geosp*, São Paulo, n.19, p. 81-91, 2006. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2006.73991>
- SORRE, M. *Les Fondements de la géographie humaine*. Paris: Armand Colin, 1951. (Tome I/ Les fondements biologiques).
- SOUZA SANTOS, B. de. *Um discurso sobre as ciências*. Edições Enfrentamento: Porto, 1988.
- VALLAUX, C. *Le sol et l'État*. Paris : Octave Doin et Fils Éditeurs, 1911.
- WEBER, M. [1919]. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martins Claret, 2002.

Mirlei Fachini Vicente Pereira - É geógrafo (licenciado e bacharel), mestre e doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Campus Rio Claro. Atualmente, é Professor Associado no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação (bolsista MEC/FNDE).

Recebido para publicação em 9 de abril de 2019

Aceito para publicação em 23 de abril de 2019

Publicado em XXXXXXXXXX